



A PECUÁRIA E A RIO+20

Fernando Sampaio¹

Em um mundo em crescimento populacional e econômico, a demanda por proteína é crescente, principalmente nos países em desenvolvimento. Ao mesmo tempo, o estoque de terras utilizáveis se esgota rapidamente, assim como a água disponível para uso agrícola. A imperiosa necessidade de conservação das grandes florestas tropicais do mundo e outros berços de biodiversidade torna a ocupação de novas áreas um problema em vez de solução.

Mudanças climáticas, biodiversidade, segurança alimentar, justiça social, tecnologia, uso da terra, emissões, desmatamento, nutrição, ética, desenvolvimento econômico...A pecuária está presente em uma encruzilhada de temas relevantes sendo discutidos em grandes cúpulas intergovernamentais, como foi o caso na Rio+20, em mesas redondas mundiais como a Agenda of Action in Support of Sustainable Livestock, da FAO, a Global Round Table for Sustainable Beef, a Sustainable Agriculture Initiative Platform, assim como em mesas redondas regionais como o Grupo de Trabalho da Pecuária Sustentável no Brasil e inúmeros outros Fóruns de discussão.

Segundo a FAO a pecuária responde por:

- 26 % de todas as terras aráveis para pastagens;
- 35 % de todas as terras aráveis para produção de rações;
- 58 % de toda a biomassa produzida pelo homem;
- 8 % de toda a água doce;

¹. Diretor Executivo da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (ABIEC).
E-mail: <fernado@abiec.com.br>.

Parte importante nas emissões antropogênicas de GEE;

13 % de toda a energia na dieta humana;

25 % de toda a proteína;

1.5 % do PIB mundial;

Base da subsistência de 1 bilhão de pessoas no mundo.

Segundo a WWF, a pecuária bovina responde por:

60% das terras utilizadas para a produção de alimentos;

1,3% de todas as calorias usadas na alimentação humana.

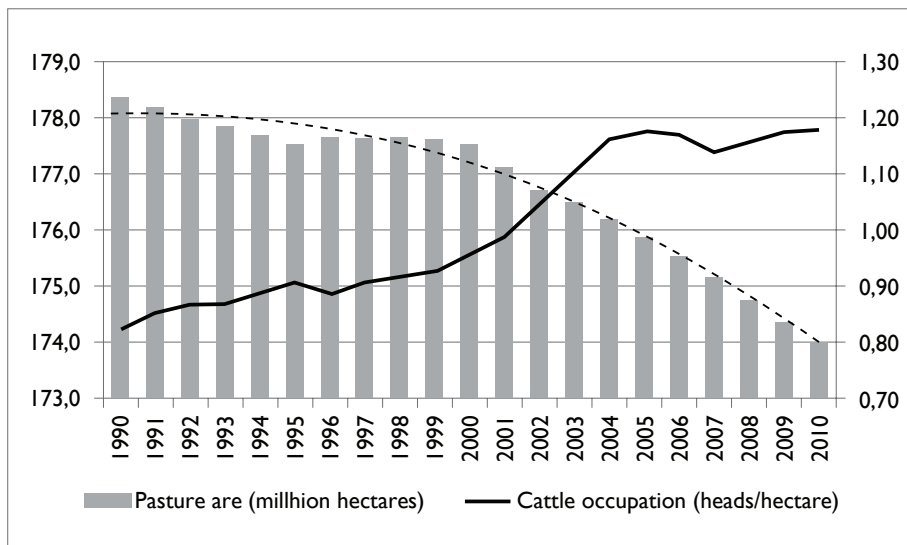
Ou seja, a percepção geral é a de que a pecuária globalmente utiliza muitos recursos para entregar pouca coisa em termos de contribuição nutricional e econômica. Certas correntes de pensamento advogam o vegetarianismo e a taxaço do consumo ou denunciam como antiética a produção animal como formas de prevenir uma catástrofe ambiental futura como consequência do aumento de consumo. A discussão é especialmente importante para o Brasil, um país cujas fronteiras foram definidas pelo pioneirismo do boi, que criou o maior rebanho comercial do mundo e que se tornou o maior exportador mundial de carne bovina (US\$ 5,4 bilhões exportados em 2011) no espaço de uma década. Segundo estudo elaborado pela Universidade de São Paulo, o sistema agroindustrial bovino movimenta perto de US\$ 170 bilhões de dólares hoje no país.

Outra pesquisa recente da ESALQ/USP demonstrou que, de todo o agro-negócio, o produtor rural da pecuária é quem mais transferiu renda para a sociedade desde a estabilização da economia brasileira no Plano Real, resultado que só foi possível graças ao uso de tecnologia e consequentes ganhos de produtividade do setor, favorecendo recuos de preços dos alimentos. Somente nos últimos 15 anos, a pecuária bovina aumentou em 33% sua produtividade em número de cabeças por hectare no Brasil, enquanto a área de pastagens diminuiu em 3%.

Não obstante sua evolução e seus ganhos sociais e econômicos, a atividade aparece de forma recorrente em posição de destaque no eixo do mal do ambientalismo militante por ser considerada atividade vetora de desmatamento. Fica claro que a intensificação da produção é um processo chave para que a pecuária se torne mais eficiente no uso de recursos naturais, o que beneficia tanto o clima como a biodiversidade, contribuindo também à segurança alimentar da população global.

Em 2010, no Congresso Mundial da Carne, o Dr. Henning Steinfeld, chefe do setor de pecuária da FAO, afirmou: “Intensificar é um ponto chave”. No mesmo Congresso, Bryan Weech, da ONG WWF, por sua vez também afirmou: “Precisamos usar menos, para produzir mais, com menos”. O Brasil foi pioneiro em desenvolver uma tecnologia em agropecuária tropical única no mundo, possibilitando ao país não só se abastecer, mas tornar-se em pouco tempo um grande exportador de alimentos.

Na pecuária, o binômio zebu/ brachiaria garantiu o crescimento contínuo do rebanho e a ocupação de vastos territórios no Brasil Central. Um maior uso de tecnologia conseguiu nos últimos quinze anos reverter a curva de uso do solo, e o Brasil passou a produzir mais ocupando uma área de pastagens que vem diminuindo, como pode ser visto no gráfico abaixo:



Fonte: ABIEC.

Ao mesmo tempo, a agricultura brasileira se expande cada vez mais, não sobre novas áreas, mas sobre antigas áreas de pastagens, evidenciando que a evolução da pecuária é a peça chave da sustentabilidade de todo o agronegócio brasileiro.

dossiê PECUÁRIA • A PECUÁRIA E A RIO+20

O ICONE, Instituto de Estudos do Comércio e Negociações Internacionais, usando um modelo matemático, prevê que nos próximos 30 anos o Brasil irá precisar de 15 milhões de hectares de terras para atender a demanda doméstica e internacional por commodities agrícolas. Destes, 10 milhões serão antigas áreas de pastagens convertidas em agricultura, e 5 milhões virão da última fronteira agrícola do país, o MAPITOBA (áreas férteis de Cerrado no Maranhão, Piauí, Tocantins e oeste da Bahia). Isto prevendo que a pecuária continue evoluindo em termos de produtividade.

O quadro abaixo, compilado pela ABIEC, compara a produção brasileira com a de outros grandes produtores e exportadores de carne bovina no mundo:

País	Área de Pastagem (milhões de ha)	Rebalho (milhões de cabeças)	Produção de Carne (1000 tec)	Ocupação cabeças/ área de pastagem	Produção de carne/ área de pastagem	Produção de carne/cabeça
Estados Unidos	238,00	92,6	12.048,0	0,39	50,62	130,13
Brasil	173,32	213,2	9.102,3	1,23	52,52	42,69
União Européia (27)	67,23	87,44	7.819,7	1,30	116,31	89,43
China	400,00	83,5	5.710,8	0,21	14,28	68,39
Índia	317	210,3	2.954,9	0,66	9,32	14,05
Argentina	108,50	48,6	2.604,7	0,45	24,01	53,65
Austrália	356,72	27,1	2.112,2	0,08	5,92	77,98
México	75,00	31,9	1.684,7	0,43	22,46	52,79
Rússia	91,99	19,84	1.334,2	0,22	14,50	67,25
Canadá	15,45	12,29	1.219,9	0,80	78,95	99,26

Fonte: ABIEC.

Pelos dados, observa-se que a área usada em pastagens no Brasil, bem como a ocupação em cabeças por hectare e a produção de carne por hectare, não são ruins quando fazemos a comparação. Mas dadas as condições naturais brasileiras, com abundância de espaço, água e insolação, estes índices poderiam ser bem melhores. Para tanto basta investir na recuperação e manejo de pastagens.

No entanto, é na produção de carne por cabeça que ficamos bem atrás na comparação. Com um rebanho do tamanho do brasileiro, poderíamos produzir bem mais carne. Obviamente existe um imenso potencial sub-explorado na pecuária brasileira, que pode ainda aumentar muito índices zootécnicos e de produtividade com incentivos e melhores práticas em melhoria genética do rebanho, sanidade e nutrição animal.

Para se ter uma ideia deste potencial, basta dizer que os Estados Unidos com um rebanho que é menos da metade do brasileiro produzem 12 milhões de toneladas de carne, enquanto o Brasil produz pouco mais de 9,1 milhões de toneladas. Para que este processo de evolução se acelere e o *gap* de eficiência no setor rural diminua, alguns pilares básicos precisam ser trabalhados em conjunto entre o setor público e o privado:

- Segurança Jurídica
- Acesso a mercado
- Acesso a Crédito
- Ciência e Tecnologia
- Educação

O Estado, principalmente na esfera municipal, deve ter o controle de quem é o produtor, quem é o dono da terra e qual é a unidade de produção, deve ter a gestão territorial de seus municípios. Sem isso não há como fazer a gestão ambiental de uma região. Para isso a regularização fundiária é a pedra fundamental sobre a qual pode ser feita a regularização ambiental que, por sua vez, depende de uma definição de legislação, principalmente em relação ao Código Florestal.

Crédito e mercado são essenciais para que produtores possam se capitalizar. Trabalhando por exclusão, indústrias e bancos impedem que milhares de produtores que passaram décadas de vacas magras degradando pastos possam investir em seu negócio. Precisamos de mecanismos de acesso a mercado e crédito mesmo que a situação legal do produtor esteja em processo de regularização. É preciso criar uma troca de dinheiro por comprometimento, o que não pode ser feito enquanto a insegurança jurídica persistir; descapitalizado, o produtor não investe em tecnologia.

Segundo a Embrapa, entre 1950 e 2006 os ganhos em produtividade explicam 79% do crescimento na produção pecuária no Brasil. Esta evolução possibilitou um efeito poupa-terra de 525 milhões de hectares. Ainda assim, temos uma



possibilidade imensa de evoluir ainda mais em produtividade. É a pesquisa, e a tecnologia dela oriunda, que possibilitarão ao país crescer e preservar. Finalmente, para que essa tecnologia seja aplicada, é preciso mão de obra qualificada e produtores capazes de pôr em prática o que a ciência oferece, o que vem da educação e da extensão rural.

É um fato inegável que o Brasil cresceu além da capacidade do Estado de fiscalizar, controlar, construir e educar. Isso é evidente na falta de infraestrutura do país, dos transportes aos hospitais. É evidente também no desempenho da nossa educação, e na falência da extensão rural. E é ainda mais evidente na falta de fiscalização e controle sobre as terras públicas, especialmente nas regiões de fronteira agrícola.

O levantamento Terra Class, divulgado recentemente pelo governo federal através do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e da Embrapa, mostrou que em 20 anos de monitoramento, de 1988 até 2008, foram 719 mil quilômetros quadrados de área desmatada na Amazônia Legal. Desta área, 62,1% são ocupados hoje por pastagens. A primeira observação é que o estudo não divulga o quanto da área desmatada era originalmente de floresta, já que a Amazônia Legal inclui outros tipos de biomas, principalmente Cerrado. A segunda, na qual vamos nos aprofundar, é que constitui um erro, tentador sem dúvida para o ambientalismo, mas ainda assim um erro, transformar o que é uma correlação (áreas desmatadas viram pastagens) em uma relação de causa (a pecuária provoca desmatamento).

Graças aos incrementos em produtividade citados anteriormente, a pecuária longe de precisar de novas áreas está na verdade cedendo áreas que estão se transformando de pasto em agricultura. O potencial para aumento de produtividade ainda é imenso. O Brasil não precisa de novas áreas para produzir e nem para exportar carne bovina. Precisa facilitar o acesso a crédito e a informação para ampliar o uso

de tecnologia. E por que novas áreas ainda são desmatadas e transformadas em pastos? Aqui cabe outra pergunta. De toda a área desmatada, o estudo é incapaz de dizer o quanto foi desmatado legalmente e ou ilegalmente. E isso por uma razão muito óbvia, o governo não sabe de quem é a terra. E eis que surge aqui o caroço espinhoso da questão.

Novas áreas são desmatadas pela simples incapacidade do Estado em proteger áreas públicas de grilagem e em controlar o tráfico ilegal de madeira, especialmente nas regiões de fronteira. Enquanto não houver uma política eficiente de regularização fundiária não existe sequer uma base sólida onde aplicar nossa rigorosa legislação ambiental.

Por outro lado, onde o desmatamento foi legal, e muitas vezes incentivado pelas políticas de ocupação do território de sucessivos governos brasileiros, o uso da terra será ditado pela vocação econômica da propriedade e da região onde está inserida. O próprio mercado está se encarregando de fazer a agropecuária tomar rumos mais sustentáveis. A grande indústria exportadora de carne e couro comprometeu-se com uma moratória do desmatamento desde outubro de 2009, e está usando geotecnologia para monitorar seus fornecedores, assumindo a seu custo a ineficiência do Estado. É uma ação louvável, mas com escopo limitado, visto que cerca de metade do abate brasileiro ainda é feito em frigoríficos que não possuem sequer a Inspeção Federal.

A pecuária não é a causa do desmatamento, mas áreas desmatadas viram pasto porque frequentemente a pecuária é a única atividade econômica possível em novas áreas desmatadas nas regiões de fronteira onde virtualmente inexistem estradas, eletricidade, comunicações ou qualquer tipo de infraestrutura. As opções de mercado ou cadeias agroindustriais que possibilitam um desenvolvimento econômico sustentável, inclusive na carne bovina, estão disponíveis, mas fora do alcance de quem não está regularizado, seja na parte fundiária ou na ambiental.

O Brasil tem condições de se manter como o maior fornecedor de proteína vermelha do mundo. Tem espaço, água e tecnologia para isso. É uma promessa de riqueza imensa para as futuras gerações deste país. E poderá conseguir isso de forma socialmente justa e ambientalmente correta se os setores público e privado trabalharem em conjunto na busca de soluções.